

O Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg) esclarece que os defensivos agrícolas são essenciais para a produção de alimentos, pois ajudam a combater insetos, fungos e ervas daninhas que, ao infestar as lavouras, podem causar até mesmo a perda total da plantação.

O uso dos defensivos agrícolas, que são testados e seguros, ajuda a manter os alimentos a preços acessíveis aos consumidores, contribuindo para a segurança alimentar do país e a qualidade dos produtos agrícolas exportados. A mais recente safra de grãos atingiu 257 milhões de toneladas. Sem os defensivos agrícolas para combater os desafios fitossanitários, a produção seria cerca de 100 milhões de toneladas menor.

Assim como acontece em diversos setores, o avanço da ciência permite o desenvolvimento constante de tecnologias cada vez mais efetivas e seguras contra os detratadores de produtividade, o que é bastante positivo para o aumento da produção de alimentos no campo. Isso é necessário pois algumas pragas podem se tornar resistentes aos insumos disponíveis no mercado e, ainda, porque os produtores rurais precisam ficar atentos a novas pragas e doenças que antes impactavam menos seu ciclo de plantio.

Os produtos recentemente liberados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) aguardavam o registro há anos, sendo que a pasta apenas deu andamento à fase final dos processos – após o cumprimento de todas as etapas estabelecidas na legislação vigente –, algo que já era aguardado pelas indústrias solicitantes. Contudo, é preciso lembrar que ainda assim o processo de aprovação e concessão de registro de novos produtos continua sendo demorado no Brasil. Historicamente, o processo tem levado ao redor de 8 anos, o que faz com que um produto inovador à época da solicitação do registro chegue ao mercado com tecnologia defasada em relação a outros países, por exemplo.

Além disso, em relação aos produtos pós patente (grande parte dos registros aprovados), é preciso lembrar que seus princípios ativos já passaram por todas as etapas rigorosas de aprovação a que foram submetidos, incluindo os testes e estudos toxicológicos e os procedimentos exigidos pelos três órgãos reguladores responsáveis: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Anvisa e Ibama.

Adicionalmente, está na legislação dos defensivos agrícolas que novos produtos são registrados (sendo colocados à disposição do mercado) somente se apresentarem melhores índices em termos de resultados, uso e segurança. Ou seja, novos defensivos são ainda mais seguros aos cultivos, às pessoas e ao meio ambiente. Nesse sentido, as liberações de defensivos são sempre positivas para a agricultura e a sociedade como um todo.

O uso de soluções para saúde vegetal é cada vez mais essencial para o país. Recentemente, o Sindiveg lançou uma série informativa sobre os prejuízos causados por pragas e doenças nas diversas culturas, que pode ser conferida no site sindiveg.org.br. O feijão-de-porco, por exemplo, é uma planta daninha que reduz em média 70% da produção de tomate. Já o capim-arroz pode destruir até 90% das plantações de arroz, sem o tratamento adequado. Além de prejuízo aos produtores, a falta de uso de defensivos nesses e em outros casos certamente causaria redução da oferta desses alimentos, com aceleração dos preços aos consumidores.

